

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

(a) A Companhia

Os objetivos sociais da ALL – Malha Norte ("Companhia" ou "Controladora"), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, definidos em seu estatuto são os seguintes:

- Construir e explorar os sistemas de transporte ferroviário de carga, rodovias e hidrovias;
- prestar serviços de transporte de carga em ferrovias, rodovias e hidrovias;
- instalar e explorar terminais intermodais;
- operar em portos;
- construir edifícios e estruturas;
- utilizar a faixa de domínio para instalação de linhas afetas a sistemas de transmissão de dados, voz, texto, imagem e similares;
- prestar serviços de consultoria técnica;
- participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário;
- executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas acima.

Em 19 de maio de 1989 a Companhia firmou com a União Federal um Contrato de Concessão para o estabelecimento de um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá (MT) e: a) Uberaba/Uberlândia (MG), b) Santa Fé do Sul (SP), c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA). O prazo dessa concessão estende-se por um período de 90 anos, prorrogável por igual período e podendo ser concedido até 10 anos antes do final do prazo contratual. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato. Trata-se da única ferrovia no País recentemente construída com capital privado.

A Companhia detém o controle compartilhado da controlada Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer). A Portofer é uma sociedade de propósito específico constituída em 28 de junho de 2000 pela Ferrobán Ferrovias Bandeirantes S.A. (atualmente denominada ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.) e pela Companhia, sócias que possuem cada uma, 50% de suas quotas. Controla 90 km de linhas férreas no Porto de Santos e tem como objetivo fazer a movimentação ferroviária de mercadorias no porto através de contrato assinado com a CODESP (Companhia Docas do Estado de São Paulo) por um período de 25 anos, prorrogável de comum acordo entre as partes.

Adicionalmente, a Companhia detém o controle compartilhado do Terminal XXXIX de Santos S.A. (Terminal XXXIX), o qual foi constituído em 03 de janeiro de 2001 e iniciou suas atividades em 01 de julho de 2002. A Companhia detém a participação de 50% de suas ações. Seus objetivos principais são a exploração e operação de instalação portuária em geral e exploração comercial de um terminal na área onde se localiza o Terminal XXXIX para movimentação de produtos agrícolas, a granel e de outras mercadorias afins.

Em 30 de dezembro de 2009, os quotistas da controladora Multimodal e acionistas da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. ("ALL Malha Norte"), ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. ("ALL Malha Paulista") e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. ("ALL Malha Oeste"), com base em Laudo de Avaliação Contábil, aprovaram a cisão total da controladora

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Multimodal Participações Ltda. e incorporação de três parcelas cindidas por ALL Malha Norte, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste, com a consequente extinção da Multimodal e a sucessão, por cada uma das incorporadoras, em todos os direitos e obrigações da sociedade cindida.

Com base no Protocolo e Justificação da Cisão Total e no Laudo de Avaliação Contábil emitido por empresa especializada, o patrimônio líquido cindido da Multimodal foi de R\$ 547.133. O montante global do acervo líquido da Multimodal cindido e incorporado pela ALL Malha Norte foi de R\$ 395.406, equivalentes à participação detida pela Multimodal na ALL Malha Norte.

Para a parcela do ágio incorporada pela Malha Norte, no valor de R\$ 2.050.356, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no valor total do ágio, conforme Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

Em 30 de julho de 2010 a ALL Malha Norte e ALL Malha Paulista, sócias quotistas, aprovaram o aumento do capital social da sua controlada Portofer em R\$ 98.503 mediante a criação de 98.503.066 novas quotas, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 50% para cada uma das sócias quotistas, em moeda corrente, mediante a compensação de créditos detidos pelas sócias com a Portofer.

(b) Restrição e condições de operação na concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base em diversas técnicas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, levando em consideração o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de *impairment*, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a possíveis imprecisões no processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de março de 2013.

2.1 Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da América Latina Logística Malha Norte S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.2 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação quando da mensuração dos itens.

Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e perdas relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Todos os demais ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “outras receitas (despesas) operacionais líquidas”.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, consequentemente, diferenças de conversão.

ii. Empresas controladas com moeda funcional diferente

Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.4 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida proporcionalmente à medida que os serviços são prestados e seu valor puder ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.. A receita da Companhia e suas controladas, é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de armazenagem e de transbordo.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição			Alíquota (%)
PIS	-	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	-	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ICMS	-	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços	De 7 a 17

Esses encargos estão deduzidos da receita líquida na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidos do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

2.6 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A controlada ALL Malha Norte possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

2.7 Benefícios envolvendo pagamento de ações

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

O custo de transações com funcionários liquidados com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza método de valorização apropriado e premissas de mercado. Mais detalhes estão demonstrados na nota explicativa 20.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em despesas administrativas e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida no resultado correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

2.8 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial, classificação e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens ou serviços dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem ou serviço.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos, financiamentos e debêntures, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38/IAS 39. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido, segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 26.

2.9 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem três classificações: i) hedge de valor justo; ii) hedge de fluxo de caixa e iii) hedge de investimento líquido.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge.

Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A porção inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado, na linha de resultado financeiro.

Classificação

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz (usados como hedge econômico e não aplicar contabilidade de hedge) são classificados como de curto e longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados no resultado financeiro.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

2.10 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.11 Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando há substituição de partes significativa do ativo imobilizado, estas são capitalizadas nos respectivos bens. Da mesma forma,

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Locomotivas 25 anos
- Vagões 30 anos
- Via permanente Limitado ao prazo da concessão de 67 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.12 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados ao resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

2.13 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.14 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os ágios gerados nas aquisições de controladas detentoras de contratos de concessão, e que têm como fundamento econômico expectativas de rentabilidade futura, são considerados intangíveis de vida útil definida e amortizados pelo prazo restante da concessão, linearmente ou com base na curva de geração dos benefícios econômicos futuros. Adicionalmente, são testados anualmente para perdas por redução de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.15 Estoques

Os estoques da Companhia correspondem a material de consumo e manutenção.

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.16 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se reconhecidas, são classificadas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.17 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo são de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudanças de valor. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas no caixa e equivalentes de caixa possuem as características necessárias para esta classificação. Para maiores informações, vide nota explicativa 4.

2.18 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Compromissos de arrendamento mercantil

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 20.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido

ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 632 (em 2011 R\$ 750). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia, bem como a prejuízos cuja previsão realização ultrapassa um horizonte razoável. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide nota explicativa 8.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. O impacto de possíveis variações de indicadores que podem sofrer variações de acordo com a volatilidade do mercado, e que podem impactar diretamente estes instrumentos foram objeto de análise de sensibilidade que está demonstrado em nota explicativa 26.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.20 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

2.21 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

. IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A companhia avaliou que não há impacto em suas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

. IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

. IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Sua adoção não trará impacto para a Companhia, uma vez que a Companhia já adota o método de equivalência patrimonial para investimentos em *joint ventures*.

. IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

. IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
 DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação. A Administração entende que o efeito da aplicação de tais mudanças por se tratarem subsequentemente de aspectos de divulgação, é o aumento da qualidade das demonstrações financeiras.

3. Base de consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

a) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Participação %	
	31/12/12	31/12/11
Controladas em conjunto		
Terminal XXXIX de Santos S.A. (Terminal XXXIX)	50,00	50,00
Portofer Transporte Ferroviário Ltda (Portofer)	50,00	50,00
Coligada		
Terminal Granéis Guarujá - TGG	10,00	10,00

Os investimentos da Companhia possuem controle compartilhado com outros acionistas, nesse caso os ativos, passivos e resultados são consolidados de forma proporcional à participação no Capital Social daquela investida, linha por linha, nas demonstrações financeiras consolidadas. Suas demonstrações são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia e ajustes são realizados, se necessário, para alinhar práticas contábeis a Companhia, bem como, para eliminar a participação da Companhia nos saldos e transações intragrupo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e Bancos	637	93	990	223
Aplicações Financeiras				
CDB's	(i) 554.568	220.267	554.568	223.314
Títulos do Governo	(ii) 267.928	162.355	267.928	162.355
Fundos	(iii) 15.326	404	15.338	741
	837.822	383.026	837.834	386.410
	838.459	383.119	838.824	386.633

As aplicações financeiras possuem características de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, compostos por:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

- (i) aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB’s com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI (taxa média de 102% do CDI);
- (ii) investimentos em títulos emitidos pelo Governo (taxa média equivalente a Selic);
- (iii) investimentos em Fundos - compostos principalmente por títulos do governo.

5. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Contas a receber de clientes		
ALL Malha Norte	171.584	52.844
Controladas		
Portofer	1.873	673
Terminal XXXIX	-	391
	<u>173.457</u>	<u>53.908</u>
 (-) Provisão de créditos para liquidação duvidosa		
ALL Malha Norte	<u>(9.463)</u>	<u>(4.600)</u>
	<u>163.994</u>	<u>49.308</u>

Na Controladora os saldos das contas a receber de clientes incluem transações com partes relacionadas decorrentes de vendas de materiais para manutenção e prestações de serviços.

Em 31 de dezembro de 2012, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

Período	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldo vencido					Total
		< 30	31 - 60	61 - 90	91 - 180	> 181	
		dias	dias	dias	dias	dias	
31/12/12	99.047	33.967	17.865	5.630	7.485	-	163.994
31/12/11	20.958	3.754	3.247	10.261	11.088	-	49.308

6. Transações com partes relacionadas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Receitas		Despesas/Custos	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Controladora								
ALL Armazéns Gerais	-	-	-	-	-	-	-	5.821
ALL Intermodal	-	-	-	1.232	-	-	-	2.493
ALL Malha Oeste	-	-	-	1.553	-	-	-	-
ALL Malha Paulista	115.401	113.855	733	-	74.313	79.340	547.213	389.816
ALL Malha Sul	-	-	122	5.781	-	-	5.126	2.974
ALL Participações	-	-	-	-	-	-	-	-
ALL S.A.	-	-	-	11.904	-	-	11.463	14.829
ALL Serviços	-	-	-	-	-	-	5.426	2.319
Brado Logística e Participações	-	-	-	-	2.403	1.783	5.419	1.135
Ritmo Logística	-	-	-	-	1.120	-	2.146	83
Boswells	-	-	-	121	-	-	-	-
Portofer	13.878	11.443	-	-	-	-	-	-
	<u>129.279</u>	<u>125.298</u>	<u>855</u>	<u>20.591</u>	<u>77.836</u>	<u>81.123</u>	<u>576.793</u>	<u>419.470</u>
Consolidado								
ALL Armazéns Gerais	-	-	-	-	-	-	-	5.821
ALL Intermodal	-	-	-	1.232	-	-	-	2.493
ALL Malha Oeste	-	48	-	1.553	-	-	-	-
ALL Malha Paulista	115.401	113.973	733	-	74.313	79.340	547.213	389.816
ALL Malha Sul	-	-	122	5.781	-	-	5.126	2.974
ALL Participações	-	-	-	-	-	-	-	-
ALL S.A.	-	-	-	11.904	-	-	11.463	14.829
ALL Serviços	-	-	-	-	-	-	5.426	2.319
Brado Logística e Participações	-	-	-	-	2.403	1.783	5.419	1.135
Ritmo Logística	-	-	-	-	1.120	-	2.146	83
Boswells	-	-	-	121	-	-	-	-
Portofer	6.939	5.721	-	-	-	-	-	-
	<u>122.340</u>	<u>119.742</u>	<u>855</u>	<u>20.591</u>	<u>77.836</u>	<u>81.123</u>	<u>576.793</u>	<u>419.470</u>

a) Créditos e débitos com empresas ligadas

As transações ocorridas com partes relacionadas à Companhia são de natureza operacional e financeira, decorrentes de aluguéis de terminais, material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, bem como, recursos financeiros, necessários a manutenção das operações da Companhia.

b) Termos e condições de transações entre as partes relacionadas

Os saldos em aberto no final do exercício são livres de juros e algumas transações não têm data de vencimento, sendo que parte da liquidação ocorre dentro do exercício e sempre em espécie ou através de realização de encontro de contas.

Não há cobertura de seguros para transações com partes relacionadas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não houve nenhuma contingência com as contas a receber relacionadas a débitos com partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício, examinando-se a posição financeira das partes relacionadas e o mercado de atuação de cada uma delas.

Existem algumas garantias prestadas ou recebidas entre partes relacionadas, devedora ou credora, a saber:

Garantidora	31/12/12
ALL S.A.	
Debêntures	<u>325.351</u>
Total	<u><u>325.351</u></u>

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

c) Transações com outras partes relacionadas

Em ata de Assembleia Geral realizada em 23 de abril de 2012, fixou-se como remuneração global anual para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria o valor de até R\$ 30. Estas remunerações são válidas até a próxima Assembleia Geral Ordinária que redefina tais valores.

O quadro abaixo demonstra a composição das remunerações apropriadas nos respectivos exercícios:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Remunerações	30	30

7. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31/12/12</u>		<u>31/12/11</u>	
	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>
Controladora				
IRRF	-	2.358	-	5.390
IRPJ/CSLL	5.679	-	19.925	-
COFINS	29.210	26.289	23.720	20.351
PIS	6.342	5.695	5.150	4.418
ICMS	23.783	29.194	15.351	36.277
Outros	<u>2.057</u>	<u>423</u>	<u>-</u>	<u>218</u>
	67.071	63.959	64.146	66.654
Controladas				
IRPJ/CSLL	557	-	127	-
COFINS	59	-	86	-
PIS	13	-	25	-
ICMS	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	629	4	238	-
Consolidado	<u>67.700</u>	<u>63.963</u>	<u>64.384</u>	<u>66.654</u>

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

8. Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro antes dos tributos	456.661	372.966	457.207	373.368
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota nominal	(155.265)	(126.808)	(155.450)	(126.945)
Ajustes do imposto por:				
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto	1.313	669	877	399
Efeito de amortização do ágio	10.079	-	10.079	7.712
IRPJ e CSL constituído (baixado ou não constituído) no exercício	4.340	40.517	4.416	40.522
Subvenção Investimento	6.528	-	6.528	-
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	53.722	55.758	53.722	55.758
Stock Options	(426)	(1.597)	(426)	(1.597)
Outras diferenças permanentes	358	8.883	357	1.171
Receita(despesa) efetiva	(79.351)	(22.578)	(79.897)	(22.980)
Provisão para impostos correntes	(38.788)	(27.696)	(39.168)	(28.191)
Impostos diferidos	(40.563)	5.118	(40.729)	5.211

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, detidos pela Companhia, bem como a parcela registrada no balanço, podem ser demonstradas como segue:

	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Prejuízos fiscais	214.915	255.829
Provisão para remuneração variável	1.924	284
Provisão para créditos de impostos	-	13.763
Provisão ICMS Difícil Realização	1.008	-
Provisão para questões fiscais	19	18
Provisões trabalhistas	368	585
Provisão para questões cíveis	331	490
Provisão créditos liquidação duvidosa	3.217	1.564
Operações de hedge a liquidar	(177)	(1.073)
Provisões	977	(3.705)
Ajustes RTT	101.151	41.434
Total dos créditos fiscais	323.733	309.189
(-) Créditos não registrados (i)	72.954	20.332
	250.779	288.857
Reconciliação do ativo fiscal diferido		
Saldo de abertura	292.825	287.681
Reclassificação em controlada	(1.318)	(3.942)
Receita/(despesa) de imposto reconhecida na resultado	(40.728)	5.118
Saldo	250.779	288.857

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Os créditos tributários cujas expectativas de recuperação sejam acima de 10 anos são apresentados em conta redutora denominada “créditos não registrados”.

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos registrados é a seguinte:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
2012	-	33.803
2013	29.062	39.089
2014	26.705	30.991
2015	29.110	32.445
2016	31.750	33.833
Após 2017	<u>134.152</u>	<u>118.696</u>
Total	<u>250.779</u>	<u>288.857</u>

Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social gerados na controladora e nas controladas são imprescritíveis e serão compensados com lucros tributáveis futuros de acordo com os critérios da legislação fiscal.

A Companhia e suas controladas registram créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando atendidas as condições do CPC 32. Para tal considera a existência de um histórico de lucratividade e expectativa de resultados tributários futuros em um horizonte previsível não superior a dez anos. Anualmente a Administração prepara um estudo técnico de viabilidade e submete à aprovação do Conselho de Administração, o qual apresenta a estimativa de resultados tributáveis futuros para fundamentar os créditos tributários constituídos.

9. Depósitos restituíveis, valores vinculados e provisão para demandas judiciais – consolidado

	Contingências					
	Ativo não circulante		Prováveis		Possíveis e remotas	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ações trabalhistas	10.483	6.617	1.106	1.815	82.217	72.220
Ações cíveis e ambientais	-	-	1.016	1.480	4.176	18.184
Ações tributárias	-	-	1.468	1.383	261.999	129.342
	<u>10.483</u>	<u>6.617</u>	<u>3.590</u>	<u>4.678</u>	<u>348.392</u>	<u>219.746</u>
Movimentação	<u>31/12/11</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/12</u>	
Ações trabalhistas	1.815	10.727	(11.029)	(407)	1.106	
Ações cíveis, regulatórias e ambientais	1.480	3.054	(3.518)	-	1.016	
Ações tributárias	1.383	85	-	-	1.468	
Total	<u>4.678</u>	<u>13.866</u>	<u>(14.547)</u>	<u>(407)</u>	<u>3.590</u>	

A Companhia está envolvida em vários processos incorridos no curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como “perdas prováveis”.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

a) Ações trabalhistas

A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, sendo que em 31 de dezembro de 2012 registra uma provisão de R\$ 1.106 (R\$ 1.815 em 31 de dezembro de 2011), para fazer face àqueles casos em que seus advogados consideram o risco de perdas como prováveis.

Dentre os objetos dos pedidos nas ações trabalhistas incluem-se: equiparações salariais, horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional de transferência, entre outros.

b) Ações cíveis e ambientais

A Companhia é parte em diversas ações cíveis tendo como principais pedidos, ações indenizatórias em geral tais como: ações possessórias em geral, desapropriações, ações de execução de títulos extrajudiciais e outras. Adotando como base a opinião de seus assessores jurídicos e o posicionamento dos tribunais, a Companhia mantém registros para as perdas prováveis no montante de R\$ 1.016 (R\$ 1.480 em 31 de dezembro de 2011).

c) Ações tributárias

Nas ações tributárias cujas chances de perdas são consideradas possíveis ou remotas nenhuma provisão foi constituída. Para aquelas consideradas com perdas prováveis foi registrada provisão no montante de R\$ 1.468 (R\$ 1.383 em 31 de dezembro de 2011).

A ALL Malha Norte ajuizou uma Ação Anulatória de débito fiscal, tendo em consideração que a empresa foi autuada por não recolher o ICMS sobre o transporte de mercadorias destinadas ao exterior tendo como valor envolvido o montante de R\$ 14.817. No último trimestre de 2010, o Tribunal do Estado do Mato Grosso confirmou a decisão de primeiro grau que anulou o auto de infração integralmente, sendo que esta decisão transitou em julgado favoravelmente a ALL Malha Norte em dezembro de 2010. Os Desembargadores entenderam que o ICMS não é devido no transporte de mercadorias com destino à exportação mediante entrega nos portos, o que fez reduzir a contingência em R\$ 14.817. A ação é considerada como possível de perda.

Em junho de 2011, o Estado do Mato Grosso lavrou novo auto de infração em face da ALL Malha Norte, no valor original de R\$ 120.687, referente a operações de transporte de mercadorias destinadas à exportação, no período de 2006. A ALL Malha Norte apresentou impugnação ao novo lançamento por entender que as operações estão amparadas pela não incidência do ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação, prevista no art. 155 da Constituição Federal. Em agosto de 2011, a ALL Malha Norte recebeu a decisão de 1ª Instância Administrativa, a qual reduziu o valor da autuação para R\$ 70.382 (valor atual). A ALL Malha Norte apresentou Recurso Administrativo para a 2ª Instância de Julgamento, o qual aguarda decisão. A ação é considerada como possível de perda.

ISS – A Portofer possui três autos de infração, no valor atual de aproximadamente R\$ 2.780, que foram lavrados pelo Município de Santos que desconsiderou a figura jurídica da Portofer (sociedade de propósito específico que tem como finalidade o rateio de despesas entre as concessionárias) e autuou a empresa como prestadora de serviço municipal. A empresa considera a chance de perda possível por se tratar de tese já decidida de modo favorável pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em casos análogos referente ao Município de Guarujá, para determinar a anulação de autos de infração, uma vez que a Portofer não possui fins lucrativos, mas tão somente efetua o rateio de despesas.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

10. Investimentos

Participações em controladas e coligadas

Movimentação dos investimentos

	31/12/2011	Equivalência patrimonial	Ganho/perda de investimento	Dividendos	31/12/2012
Portofer	43.826	-	-	-	43.826
Terminal XXXIX	17.641	1.285	-	(4.000)	14.926
Terminal Granéis Guarujá - TGG	7.631	2.578	22	-	10.231
	69.098	3.863	22	(4.000)	68.983

	Controladas / coligadas		Controladora			
	Patrimônio líquido	Resultado do período	Equivalência patrimonial		Valor dos investimentos	
			31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Investimentos						
TGG	102.305	21.235	2.578	1.174	10.231	7.631
Portofer	87.652	-	-	-	43.826	43.826
Terminal XXXIX	29.854	2.571	1.285	795	14.926	17.641
			3.863	1.969	68.983	69.098

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

11. Imobilizado – consolidado

	31/12/12			31/12/11	% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Benfeitorias em bens de terceiros					
Locomotivas	98.451	(5.533)	92.918	65.134	4,00%
Vagões	136.251	(23.454)	112.797	90.905	3,33%
Via permanente	187.006	(22.115)	164.891	168.613	1,25%
Outros	27.033	(5.521)	21.512	22.385	5,34%
	448.741	(56.623)	392.118	347.037	
Imobilizado próprio em operação					
Locomotivas	172.295	(36.878)	135.417	274.873	4,00%
Vagões	200.223	(59.469)	140.754	141.520	3,33%
Via permanente	1.235.380	(157.206)	1.078.174	872.533	1,25%
Almoxarifado de bens de uso	1.962	-	1.962	13.476	-
Terrenos	14.429	-	14.429	14.416	-
Edificações	62.321	(23.845)	38.476	27.380	5,20%
Móveis e Utensílios	2.205	(1.875)	330	538	10,00%
Veículos rodoviários	905	(887)	18	25	14,54%
Equipamentos de processamento de dados	6.297	(5.827)	470	937	19,71%
Equipamentos de telecomunicação e sinalização	14.908	(6.761)	8.147	7.525	9,70%
Equipamentos para manutenção de via permanente e transporte ferroviário	2.396	(2.628)	(232)	16	9,94%
Aeronave	9.981	(827)	9.154	118	10,00%
Máquinas e equipamentos	1.170	(270)	900	929	10,00%
Outros	5.473	(2.998)	2.475	1.642	10,00%
	1.729.945	(299.471)	1.430.474	1.355.928	
Arrendamento Mercantil					
Locomotivas	305.861	(96.444)	209.417	190.546	9,80%
Vagões	357.164	(76.834)	280.330	293.650	11,83%
	663.025	(173.278)	489.747	484.196	
Imobilizações em andamento					
Locomotivas	11.053	-	11.053	153.902	
Vagões	11.053	-	11.053	71.821	
Via Permanente	525.035	-	525.035	190.354	
Outros	5.527	-	5.527	97.471	
	552.668	-	552.668	513.548	
	3.394.379	(529.372)	2.865.007	2.700.709	

Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Classes do Imobilizado	Saldo em 31/12/11			Movimentação do Período					Saldo em 31/12/2012		
	Custo bruto	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisições	Movimentações que não afetam o caixa	Baixas	Transferências	Depreciação líquida	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Líquido
Locomotivas	424.759	(84.752)	340.007	-	(198.842)	-	-	44.829	270.746	(42.411)	228.335
Vagões	307.905	(75.480)	232.425	-	-	-	-	28.569	336.474	(82.925)	253.551
Via permanente	1.198.300	(157.154)	1.041.146	-	2.921	(4.802)	225.967	(22.167)	1.422.386	(179.321)	1.243.065
Arrendamento mercantil	599.516	(115.320)	484.196	-	63.509	-	-	(57.958)	663.025	(173.278)	489.747
Imobilizações em andamento e ativos em construção	513.548	-	513.548	286.449	70.813	(143)	(317.999)	-	552.668	-	552.668
Outros	133.898	(44.511)	89.387	16.656	(19.849)	(259)	18.634	(6.928)	149.080	(51.439)	97.641
TOTAL	3.177.926	(477.217)	2.700.709	303.105	(81.448)	(5.204)	-	(52.155)	3.394.379	(529.372)	2.865.007

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram capitalizados às contas de imobilizações em andamento, R\$ 55.091 (R\$ 40.478 em 31 de dezembro de 2011) relativamente a encargos financeiros gerados por empréstimos que financiaram tais imobilizações. A capitalização dos juros foi calculada com base na taxa média de captação da Companhia.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 663.025 (R\$ 599.516 em 31 de dezembro de 2011). No exercício de 2012 houve adições ao imobilizado R\$ 63.509 (R\$ 101.741 em 2011), de itens sob compromissos de

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

arrendamento mercantil financeiro, que são garantidos pelos próprios bens objetos dos contratos. Estas adições, não afetaram o caixa.

Conforme detalhado na nota explicativa 14.1, os arrendamentos mercantis financeiros estão classificados no imobilizado e são depreciados de forma consistente com os critérios aplicáveis aos demais ativos imobilizados.

12. Empréstimos e financiamentos

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Controladora					
Em moeda nacional					
Investimentos BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	7,00%	Trimestrais/mensais até setembro de 2016	243.691	352.286
	TJLP + 3%	8,50%	Trimestrais/mensais até janeiro de 2016	97.008	128.554
	TJLP + 2,71%	8,21%	Trimestrais/mensais junho de 2029	386.779	251.541
	TJLP +1,4%	6,90%	Trimestrais/mensais junho de 2022	79.415	81.370
	122,30% do CDI	10,41%	Abril de 2013	1.046	-
				807.939	813.751
Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao US\$, com Swap para CDI)					
Operações de <i>swap</i>				4	(1.844)
Total controladora				807.943	811.907
Controlada					
Em moeda nacional					
Terminal XXXIX					
Investimentos - BNDES	TJLP + 6%	12,00%	Trimestrais/anuais até janeiro 2012	-	7
Total da controlada				-	7
Total consolidado				807.943	811.914
Parcela no circulante				156.593	145.603
Parcela no não circulante				651.350	666.311

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
2013	-	154.680
2014	162.696	164.466
2015	70.878	71.607
2016	39.433	39.039
A partir de 2017	378.343	236.519
Total	651.350	666.311

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Abreviaturas:

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro
TJLP- Taxa de Juros de Longo Prazo

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão apresentados pelo seu valor líquido, ou seja, reconhecidas as despesas iniciais das transações.

Quando a Companhia assume compromissos em moeda estrangeira no Brasil, há contratação de "swap" para a proteção cambial do real frente ao dólar, convertido em uma porcentagem do CDI de acordo com as condições de mercado.

Os empréstimos com o BNDES acima demonstrados, destinados a investimentos, estão sujeitos ao cumprimento de determinados índices financeiros de liquidez relacionados com a dívida líquida e resultados financeiros, os quais são mensurados e avaliados de forma consolidada na ALL – América Latina Logística S.A. A Companhia está adimplente com estes índices em 31 de dezembro de 2012.

As garantias concedidas sobre os empréstimos e financiamentos são:

- (i) Caução da totalidade das ações emitidas da ALL Malha Norte, de propriedade da controladora ALL – América Latina Logística S.A.
- (ii) Caução da receita sobre o produto da cobrança da tarifa pela prestação dos serviços de transporte ferroviário, decorrentes do projeto da obra da ALL Malha Norte.
- (iii) Vinculação da receita de contratos de prestação de serviço.
- (iv) Notas promissórias.

Alguns contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros a Companhia. Estes limites são apurados trimestralmente utilizando os resultados consolidados.

A *covenant* Dívida Líquida sobre EBITDA é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida líquida consolidada/EBITDA ajustado consolidado	3,0	2,5	2,5	2,5	2,5

A *covenant* EBITDA sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta *covenant*, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge* e variação cambial da “ALL Argentina”. Os valores abaixo são os limites mínimos da *covenant* para o período:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Exercício	Limite	4T11	1T12	2T12	3T12	4T12
EBITDA ajustado/Resultado financeiro	> 2,0	3,13	3,02	2,99	3,01	3,07

A Companhia vem cumprindo com os indicadores financeiros. No entanto, caso a Companhia venha descumprir estas cláusulas, o pagamento dos referidos empréstimos será exigido imediatamente.

13. Debêntures

As séries emitidas pela Companhia são:

Série	Data	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	31/12/12		31/12/11	
						Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora									
1ª emissão	01/07/97	100.000	30/06/16	TJLP + 1,5%	7,00%	68.780	124.491	45.739	186.737
2ª emissão	10/04/00	60.000	01/05/15	TJLP + 4%	9,50%	-	-	11.900	35.701
3ª emissão	14/01/02	40.000	01/05/15	TJLP + 4%	9,50%	-	-	7.629	22.887
6ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	9,14%	4.748	164.086	7.914	163.523
8ª emissão	18/10/12	160.000	19/10/20	10,10% Pré BRL	10,10%	2.568	153.949	-	-
Debêntures	01/07/97	100.000	30/06/16	% BRL		20.674	66.808	-	89.906
Debêntures Privadas	30/04/12	300.000	02/05/16	CDI + 1,7%	10,73%	-	318.777	-	-
						96.770	828.111	73.182	498.754

Cláusulas de repactuação, restritivas e garantias:

Não há repactuação programada para nenhuma das emissões.

As emissões têm entre suas cláusulas restritivas o cumprimento dos limites financeiros detalhados na nota explicativa 12 “Empréstimos e financiamentos” e que estão vinculados aos resultados consolidados da Companhia. O não cumprimento destes limites causa, automaticamente, vencimento antecipado.

Algumas emissões da Companhia e suas subsidiárias contam com garantia fidejussória, as quais podem ser observada na nota explicativa 6 “Transações com partes Relacionadas”.

14. Arrendamento mercantil – consolidado

14.1 Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia tem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

Para atender aos novos requerimentos de registro de transações com essas características, a Companhia e suas controladas incorporaram ao ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, independente da propriedade dos mesmos.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamentos mercantis financeiros são:

Bens	31/12/12		31/12/11	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Materiais rodantes	71.472	540.402	72.584	511.753

Os encargos financeiros incorridos no período foram contabilizados como despesa financeira. Não houve custos iniciais diretos a serem capitalizados, bem como pagamentos contingentes e subarrendamentos.

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

Bens	Total dos futuros pagamentos		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Materiais rodantes	82.285	358.232	112.479

14.2 Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos. São contratos de aluguel de veículos e imóveis. A Companhia e suas controladas não têm nenhum pagamento contingente ou subarrendamentos dos contratos firmados.

A Companhia e suas controladas são contraparte em operação de arrendamento mercantil operacional, com os seguintes montantes de pagamento mínimo:

Bens		Total dos pagamentos mínimos futuros		
		pagamentos		
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Veículos	(i)	60	15	-
Imóveis	(ii)	224	-	-
		<u>284</u>	<u>15</u>	<u>-</u>

(i) Contratos de aluguel de veículos, tem vigência de 2 anos (início em 01/04/2012) e poderão ser renovados por igual período de acordo com os interesses das partes. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M, a partir de abril de 2013.

(ii) Os contratos com imóveis são por período anual. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M.

15. Contrato de concessão

A ALL Malha Norte explora serviços de transporte ferroviário sob o regime de concessão outorgada pelo poder público, sendo do tipo “não-onerosa”.

Em 19 de maio de 1989 a ALL Malha Norte firmou com a União Federal um Contrato de Concessão para o estabelecimento de um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá (MT) e: a) Uberaba/Uberlândia (MG), b) Santa Fé do Sul (SP), c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA). A concessão foi realizada por um período de 90 anos, prorrogável por igual período e podendo ser concedido até 10 anos antes do final do prazo contratual.

O Contrato não prevê obrigações de pagamento por conta da Concessão, no entanto estabelece certas responsabilidades por parte da Companhia, tais como: a) não efetuar sub-concessão, b) submeter-se à fiscalização permanente da União, c) cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes e d) cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

A extinção da concessão e a conseqüente rescisão do Contrato de Concessão, poderá ocorrer em função dos seguintes fatores: a) convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; b) término do prazo contratual; c) encampação ou resgate, por interesse público superveniente à Concessão, mediante a devida indenização; d) anulação por ilegalidade da Concessão ou do contrato; e) infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; e f) por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível.

Ocorrendo a encampação os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

16. Adiantamentos de clientes - consolidado

Os valores de R\$ 96.006 no passivo circulante (R\$ 5.232 em 31 de dezembro de 2011), correspondem às antecipações de valores recebidos de clientes e garantidos por contratos de futuros transportes de soja, derivados de petróleo ou minério, além de outras garantias subsidiárias. As taxas de remuneração variam de 100% a 125% do CDI.

17. Parcelamentos fiscais e previdenciários – consolidado

	<u>31/12/12</u>		<u>31/12/11</u>	
	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
Lei 11.941/09	7.564	3.947	7.089	10.789
ISS	94	-	225	140
	<u>7.658</u>	<u>3.947</u>	<u>7.314</u>	<u>10.929</u>

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
 DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Com o intuito de reduzir sua exposição tributária a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal instituído pela Lei nº 11.941/09, no 4º trimestre de 2009, a qual foi homologada em junho de 2011.

A Companhia informa que vem mantendo o pagamento regular das parcelas.

18. Antecipação de créditos imobiliários - consolidado

	<u>31/12/12</u>		<u>31/12/11</u>	
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
Antecipações de créditos imobiliários	107.655	228.560	107.656	266.401

Em 28 de novembro de 2008 a ALL Malha Norte firmou junto à CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização – contrato cedendo créditos decorrentes da locação do Terminal de Alto Araguaia – MT, a CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios com base no CDI + 2,6% ao ano, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em novembro de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é constituído por 765.326.706 ações, sendo 690.816.080 ações ordinárias nominativas, 69.380.885 ações preferenciais nominativas “A” e 5.129.741 ações preferenciais nominativas “B”.

As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- (i) Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.
- (ii) Prioridade na distribuição de dividendos.
- (iii) Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

b) Distribuição de dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

c) Incentivos fiscais – SUDAM

Em 26 de setembro de 2007 a ALL Malha Norte protocolou junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM processo pleiteando o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional, conforme dispõe o Inciso I, do art. 2º do Decreto nº 4.212 de 26 de abril de 2002.

O benefício foi concedido pela Secretaria da Receita Federal, através do Ato Declaratório Executivo 504, de 28 de novembro de 2008, após a expedição pela SUDAM do laudo constitutivo de número 135/2008, onde foi reconhecido à ALL Malha Norte o benefício fiscal de redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração por um prazo de 10 anos, contando o início do prazo em 2008 e término do prazo em 2017.

O embasamento legal para o reconhecimento do benefício foi instituído pela Medida Provisória 2.199-14, em seu art. 1º de 24 de agosto de 2001 e redação dada pela Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis neste exercício calculados até 31 de dezembro de 2012 sobre o lucro da exploração foi de R\$ 53.722 (R\$ 55.758 em 31 de dezembro de 2011), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada ALL Malha Norte, de acordo com o CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008.

O incentivo fiscal está atrelado ao objetivo da Companhia de aumentar e manter investimentos na região da Amazônia Legal, estimulando o desenvolvimento da região, proporcionando incremento nos níveis de emprego, renda e produção; contribuindo, inclusive, com o crescimento na arrecadação de tributos nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

O descumprimento, por parte da empresa beneficiária, dos objetivos do projeto e de cláusulas condicionantes, que caracterize desvio da aplicação dos recursos dos Fundos, resultará no cancelamento, pelo Conselho deliberativo da SUDAM, dos incentivos aprovados; e no recolhimento, pela empresa beneficiária, ao Banco operador, das quantias recebidas, atualizadas pelo mesmo índice adotado para os tributos federais, a partir da data de seu recebimento, acrescida de multa de 10% e juros de mora de 1% ao mês, deduzidas, no caso de aplicação de recursos sob a forma de debêntures, as parcelas já amortizadas (Lei nº 8.167/91, artigo 12, § 1º, inciso I, e inciso II, este com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.740-31, de 06/05/99).

A Companhia informa que as condições relativas às subvenções estão sendo cumpridas devidamente e não existem outras contingências referentes a este incentivo.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Os valores recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital são decorrentes dos montantes recebidos da ALL - América Latina Logística S.A., para pagamento de fornecedores, devolução de adiantamento de clientes, entre outros, e estão apresentados em conta do Patrimônio Líquido.

20. Remuneração baseada em ações

Executivos e pessoas chave da administração da Companhia são beneficiários de plano de remuneração, através do qual recebem opções de ações de emissão da ALL – América Latina Logística S.A. (Holding e última controladora do grupo).

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

As despesas registradas com serviços recebidos de empregados nos períodos, decorrentes de transações de pagamento baseadas em ações a serem liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais, foram de R\$ 1.254 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.697 em 31 de dezembro de 2011). Plano de opção de compra de ações:

Na Assembleia Geral Extraordinária de 1º de abril de 1999, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), direcionado a administradores, colaboradores e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). O Plano estabelece os parâmetros gerais dentre os quais destacamos:

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, outorgou a administração do Programa ao Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações (“Comitê”), representado por todos os membros do Conselho de Administração e formado exclusivamente para este fim. Compete ao Comitê administrador do Plano, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações, estabelecendo, dentre os indivíduos qualificados, aqueles aos quais serão concedidas as opções e as regras específicas aplicáveis, observadas as regras gerais do Plano (“Programa”).

O volume de opções de aquisição de ações está limitado anualmente a 1,5% (um e meio por cento) do capital social para a outorga de opções e o limite máximo de 5% (cinco por cento) do capital social para o total de opções outorgadas.

Os programas podem contemplar 2 (dois) grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como “Contrato A” (comuns a todos os programas) e “Contrato B” (presentes a partir do “Programa 2006”).

No “Contrato A” o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M.

Os Contratos do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto:

Aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.

O preço de exercício das opções é definido pelo Comitê com base no preço de mercado das ações. As opções outorgadas têm prazo extintivo de dez anos contado da data de aquisição do direito.

O Plano não prevê hipóteses de liquidação das opções a vista, nem há histórico de tal prática pela Companhia, de forma que o valor justo das opções é estimado na data de outorga, através do modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando os termos e condições relevantes nos quais as opções foram outorgadas.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Com o advento do CPC 10, que objetiva registrar o valor justo dos instrumentos concedidos como custo do serviço prestado pelos beneficiários dos programas, o grupo alocou os custos nas Companhias onde os beneficiários prestam seus serviços.

21. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Juros sobre endividamento/debêntures/fianças	(199.679)	(155.500)	(199.718)	(155.704)
Multas/juros fiscais/fornecedores/vagões	(11.144)	(63.308)	(11.315)	(63.334)
Cientes/AVP/outros	602	(2.386)	597	(2.567)
Total das despesas financeiras	(210.221)	(221.194)	(210.436)	(221.605)
Receita sobre aplicação financeira	39.242	49.978	39.487	50.349
AVP/outros	5.092	16.982	5.094	16.990
Total das receitas financeiras	44.334	66.960	44.581	67.339
Resultado financeiro líquido	(165.887)	(154.234)	(165.855)	(154.266)

22. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Resultado básico e diluído por ação				
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	377.310	350.388	377.310	350.388
Por ação ordinária	365.041	341.545	365.041	341.545
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	9.822	6.307	9.822	6.307
Por ação preferencial "B"	2.447	2.536	2.447	2.536
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	765.327	690.816	765.327	690.816
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	18.721	11.597	18.721	11.597
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	5.130	5.130	5.130	5.130
Resultado básico:				
Por ação ordinária	0,4770	0,4944	0,4770	0,4944
Por ação preferencial "A"	0,5247	0,5438	0,5247	0,5438
Por ação preferencial "B"	0,4770	0,4944	0,4770	0,4944
Resultado diluído por ação:				
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	377.310	350.388	377.310	350.388
Por ação ordinária	365.041	341.545	365.041	341.545
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	9.822	6.307	9.822	6.307
Por ação preferencial "B"	2.447	2.536	2.447	2.536
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	765.327	690.816	765.327	690.816
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	18.721	11.597	18.721	11.597
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	5.130	5.130	5.130	5.130
Resultado diluído:				
Por ação ordinária	0,4770	0,4944	0,4770	0,4944
Por ação preferencial "A"	0,5247	0,5438	0,5247	0,5438
Por ação preferencial "B"	0,4770	0,4944	0,4770	0,4944

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

23. Informações por segmento reportável

As informações por segmento de negócio, correspondente ao exercício de 2012, são consolidadas, e analisados em bases consolidadas do grupo ALL, apenas demonstradas na controladora ALL – América Latina Logística S.A, não havendo análises para fins de tomadas de decisões de forma individualizada para a Malha Norte.

24. Outras receitas / despesas

24.1 Outras receitas e despesas operacionais

Outras Receitas Operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Venda de inservíveis	-	3.213	-	3.310
Venda de ativo imobilizado	3.665	-	3.665	-
Outras receitas	7.172	-	7.172	-
Total	10.837	3.213	10.837	3.310

Outras Despesas Operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Taxas	1.126	-	1.137	-
Combustíveis não consumidos na operação	-	708	-	708
Doações dedutíveis	947	350	947	350
Baixa de bens do imobilizado	6.423	-	6.423	-
Baixa de inservível	4.205	-	4.199	-
Outras despesas operacionais	1.896	433	1.900	497
Total	14.597	1.491	14.606	1.555

Total outras receitas e despesas	(3.760)	1.722	(3.769)	1.755
---	----------------	--------------	----------------	--------------

24.2 Depreciação, serviços de terceiros, locações e combustíveis incluídos na demonstração consolidada do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Combustível	54.576	19.956	56.520	20.926
Serviços terceiros	28.912	17.308	32.400	17.938
Depreciação e amortização	100.845	101.096	104.336	104.614
Locações	16.753	20.542	17.803	21.419

24.3 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita bruta	1.764.838	1.329.689	1.786.332	1.347.133
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelamentos)	(243.015)	(151.268)	(245.648)	(153.405)
Receita líquida	1.521.823	1.178.421	1.540.684	1.193.728

Partilha Ferroviária entre ALL Malha Norte e ALL Malha Paulista – Resolução 1.773 - ANTT

Em 20 de dezembro de 2006 foi publicada a resolução 1.773 da ANTT, que instituiu a utilização obrigatória do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário. As novas regras

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

de contabilização passaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2008 e determinaram que o valor devido para outras concessionárias a título de partilha de frete ferroviário (“Partilha”), que até então era deduzido da linha de Receita Vendas e/ ou Serviços passasse a ser classificado como Custo de Bens ou Serviços Vendidos da concessionária que origina o transporte.

Demonstramos abaixo a receita líquida da Companhia e da partilha (líquida de impostos):

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Receita líquida de serviços de transporte	1.521.823	1.178.421
Partilha devida para a ALL Malha Paulista	<u>(547.394)</u>	<u>(382.736)</u>
	<u>974.429</u>	<u>795.685</u>

25. Seguros

A Companhia efetua as contratações de seguros de forma centralizada abrangendo todas as empresas do grupo.

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

<u>Ramo</u>	<u>Cobertura por eventos</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Vigência</u>
Riscos operacionais ferroviários	Patrimônio - danos materiais e lucros cessantes	R\$ 60.000	15/09/2012 a 15/09/2013
Responsabilidade civil-operações ferroviárias	Operações, poluição, empregador, veículos (contingências) e portuárias	R\$ 10.000	30/04/2012 a 30/04/2013
Seguro de carga ferroviária	Responsabilidade civil do transportador ferroviário de carga (RCTF-C); risco ferroviário (RF) - por embarque	R\$ 2.200	30/06/2012 a 30/06/2013

Não está incluído no escopo do trabalho de nossos auditores revisar a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi determinada e avaliada pela Administração da Companhia.

26. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes instrumentos financeiros consolidado:

	<u>Valor contábil (Consolidado)</u>		<u>Valor justo</u>	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	838.824	386.633	838.824	386.633
Contas a receber de clientes	163.994	49.308	163.994	49.308
Adiantamentos e outras contas a receber	42.424	36.733	42.424	36.733
Créditos a receber de empresas relacionadas	122.340	119.742	122.340	119.742
Depósitos restituíveis e valores vinculados	<u>10.483</u>	<u>6.617</u>	<u>10.483</u>	<u>6.617</u>
Total	1.178.065	599.033	1.178.065	599.033

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	Valor contábil (Consolidado)		Valor justo	
	13/03/50	03/08/20	13/03/50	03/08/20
Passivos financeiros				
Debêntures	924.881	571.936	924.881	571.936
Adiantamento de clientes	96.006	5.232	96.006	5.232
Arrendamento mercantil financeiro	611.874	584.337	611.874	584.337
Empréstimos e financiamentos	807.943	811.914	807.943	811.914
Antecipação de crédito imobiliário	336.215	374.057	336.215	374.057
Créditos a pagar de empresas relacionadas	855	20.591	855	20.591
Contas a pagar a fornecedores	97.421	187.743	97.421	187.743
Total	2.875.195	2.555.810	2.875.195	2.555.810

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- O valor justo de títulos e debêntures negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é equivalente ao valor contábil, o qual traduz o custo de liquidação dos mesmos.

- A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Os principais fatores de risco da Companhia e de suas controladas, relacionados aos instrumentos financeiros, são os seguintes:

a) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes ou de créditos detidos juntos às instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com estes devedores são integralmente provisionadas. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas têm por política somente realizar aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, conforme classificação de

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

risco estabelecida pelas agências de *rating* de primeira linha. A administração estabelece um limite máximo para aplicação, em função do patrimônio líquido e da classificação de risco de cada instituição.

b) Risco de deterioração de encargos financeiros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores dos passivos, que aumentem a sua despesa financeira ou reduzam a receita financeira oriunda das suas aplicações. Na Companhia esse risco tem impacto sobre a dívida líquida (dívida total indexada ao CDI – aplicações financeiras indexadas em CDI). A exposição líquida da empresa à taxa de juros é bastante reduzida, não justificando a contratação de derivativos para mitigá-la. A empresa monitora continuamente esta exposição para avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos derivativos, a fim de mitigar o risco de variação de taxa de juros.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade à deterioração de encargos financeiros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. A Administração considerou como cenário provável o CDI projetado para o exercício de 2012, segundo projeções macroeconômicas:

Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento Líquido

Operação	Risco	Cenário Provável	Aumento de +25%	Aumento de +50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
CAIXA				
Aplicações Indexadas ao CDI	CDI	60.788	75.985	91.182
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS				
Financiamentos Indexados à TJLP	TJLP	59.433	69.751	80.068
Debêntures Indexadas ao CDI	CDI	42.639	48.457	54.276
Antecipação de créditos imobiliários indexados ao CDI	CDI	42.217	50.000	57.783
		205.077	244.193	283.309

Referências

CDI Médio (a.a.)	7,25%	9,06%	10,88%
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA	5,58%	6,98%	8,37%

Cenário provável baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Operação	Risco	Saldo em 31/12/2012 (R\$ mil)	Cenário Provável	Aumento de +25%	Aumento de +50%
PARCELAMENTO IMPOSTOS					
Curto prazo	CDI	(7.464)	(541)	(676)	(812)
Longo prazo	CDI	(5.761)	(418)	(522)	(627)
Total		(13.225)	(959)	(1.198)	(1.439)

Referências

CDI Médio (a.a.)	7,25%	9,06%	10,88%
------------------	-------	-------	--------

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

c) Risco de moeda estrangeira

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como flutuações que reduzam saldos de aplicações ou outros ativos.

A Companhia tem por política utilizar instrumentos derivativos com o único objetivo de mitigar os efeitos relacionados à desvalorização cambial do Real em suas compras a prazo em moeda estrangeira. Para isso a Companhia contrata operações de swap “Dólar-Real” no mesmo montante e com mesma data de vencimento das obrigações objeto de proteção. A Companhia acompanha regularmente a sua exposição cambial para garantir que o resultado das operações de hedge anule o efeito cambial sobre seu fluxo de caixa.

Risco de apreciação da moeda estrangeira

Operação	Risco	Valor Nocional (USD mil)	Valor Justo em 31/12/12	Cenário Provável	Aumento de +25%	Aumento de +50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS						
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre fornecedores / importações:						
Fornecedores longo prazo	USD	(512)	-	(52)	(602)	(1.151)
Efeito líquido sobre fornecedores / importações		(512)	-	(52)	(602)	(1.151)

Referências

Dólar USD/R\$	2,10	2,63	3,15
---------------	------	------	------

Cenário provável baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

d) Instrução CVM nº 475

A posição consolidada dos valores dos instrumentos financeiros derivativos é apresentada no quadro abaixo:

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
 DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Valor justo das operações derivativas por vencimento

DESCRIÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA (NOCIONAL)		VALOR JUSTO		EFEITO ACUMULADO (PERÍODO ATUAL)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	VALOR A RECEBER / (RECEBIDO)	VALOR A PAGAR / (PAGO)
CONTRATOS DE "SWAPS":						
POSIÇÃO LÍQUIDA						
RISCO DE MOEDA ESTRANGEIRA						
VENCIMENTOS USD x % CDI:	USD	USD	R\$	R\$	R\$	R\$
1T12*	-	41.369	-	1.844	-	-
2T13	510	-	(4)	-	-	(4)
RISCO DE TAXA DE JUROS						
VENCIMENTOS TAXAS PRÉ x PÓS:	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
4T20	160.000	-	6.129	-	6.129	-
TOTAL			6.125	1.844	6.129	(4)

As operações de SWAP do quadro de USD x % CDI acima são realizadas com um custo da ponta passiva média de 110% do CDI e um custo de ponta ativa de variação cambial acrescido de um spread médio de 1%.

O valor justo dos derivativos é registrado na conta contábil de Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante) no Passivo em contrapartida: ao resultado, no caso dos derivativos em que não há o *hedge documentation*.

Ressaltamos que, no vencimento, o efeito negativo ou positivo destas operações é compensado pelo efeito contrário no ativo ou passivo cujo risco está sendo mitigado.

O valor justo dos derivativos foi estimado usando as curvas de câmbio e juros vigentes na BM&F em 31 de dezembro de 2012, para a projeção do valor futuro, bem como a taxa DI futura da BM&F para trazer estes fluxos a valor presente. Não há depósito de margem ou garantias de qualquer tipo ou valor, para nenhum dos derivativos em questão.

e) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia adotou o CPC 40/IFRS 7 para os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. A Companhia utiliza os seguintes critérios para classificação de nível de hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A. E SUAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

- Informações, além de preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços) (nível 2).

- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseados nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

f) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes conforme descrito a seguir:

Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).

Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	156.509	38.220
Grupo 2	<u>7.485</u>	<u>11.088</u>
	<u>163.994</u>	<u>49.308</u>

27. Eventos subsequentes

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico financeiras.

As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.

* * *